

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A DAE S/A Água e Esgoto apresenta o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para a apreciação dos seus acionistas.

Apesar do prejuízo apresentado no exercício de 2018, impulsionado por sentenças judiciais, a empresa tem mantido a gestão focada nos objetivos, sendo o principal deles o atendimento, com excelência, às necessidades de saneamento básico do município. Estes resultados são fruto do apoio da Prefeitura Municipal de Jundiá e, em especial, do comprometimento dos colaboradores.

A DAE S/A Água e Esgoto tem a responsabilidade do abastecimento de água e coleta e afastamento de esgoto no Município de Jundiá. A operação de tratamento de esgoto fica a cargo da concessionária Companhia de Saneamento de Jundiá - CSJ, Contrato 002/96 com validade até 30/04/2031, tendo a DAE S/A a responsabilidade da administração da cobrança e repasse dos valores à esta concessionária.

O Rio Jundiá Mirim, responsável por 95% do abastecimento de água do município, nasce na divisa de Jarinu (Córrego do Tanque) e Campo Limpo Paulista (Ribeirão do Perdão). Os outros 5% de água que abastece Jundiá são captados do Córrego Japi (ou Estiva) e Ribeirão Ermida (represa da Serra do Japi). Em épocas de estiagem a captação também é realizada no Rio Altiaba. Todos com outorga regularizadas no DAEE (Departamento de Água e Esgoto do Estado de São Paulo) através da Portaria DAEE nº 572 de 21/02/2017, com prazo de 10 anos.

A represa de acumulação da DAE S/A possui capacidade de armazenamento de 9,3 milhões de metros cúbicos de água. Em 2018 foi realizada a obra no vertedouro aumentando a sua capacidade, que anteriormente era de 8,3 milhões de metros cúbicos de água. Além desta represa, a DAE S/A possui a represa de captação, com capacidade de 500 mil m³ de água, a Represa do Moisés com capacidade de 5,5 mil m³ de água e a represa da Serra do Japi com capacidade de 2 mil m³ de água. Além da reserva de água bruta, a DAE S/A possui 52 reservatórios de água tratada com capacidade de armazenar 54 mil m³ de água. Com os financiamentos citados no item 5 deste relatório, a esta capacidade de armazenamento deve-se acrescentar 26 mil m³ de água.

Para tratamento de água a empresa conta com a ETA (Estação de Tratamento de Água) do Anhangabau, com a capacidade de tratamento de 1.800 litros por segundo, sendo responsável por 91,2% do volume de água tratado na cidade. A ETA Eloy Chaves tem capacidade de tratamento de 45 litros por segundo e 2,3% do volume tratado na cidade.

Somam-se a estes os tratamentos não fluoretados e por desinfecção, que representam 6,5% do volume de água distribuídos no município.

A população atendida com abastecimento de água tratada é de 99,1% do total do município.

A população atendida com rede coletora de esgoto é de 98,2% do total do município. Desde o final dos anos 90, a totalidade do esgoto coletado no município é tratado. Durante o período de 2018 o índice de perdas na distribuição de água tratada foi de 33,5%, inferior ao de 2017 (que foi de 37,3%), superando, inclusive, a meta estabelecida no Plano de Saneamento. A meta do Plano de Saneamento para 2021 é reduzir esse índice para 33%, muito próximo do atingido em 2018, ou seja, esse índice será obtido com 2 anos de antecedência, de modo a refletir os esforços da Companhia.

O número de ligações ativas ao final do exercício de 2018 era de 109.359. Desde agosto de 2016, a DAE S/A optou pela compra de energia elétrica para a Estação de Recalque do Jundiá Mirim, por meio do sistema de mercado livre. Em comparação a compra de energia elétrica no mercado cativo, a DAE S/A obteve redução superior a R\$ 4.190 mil no ano de 2018. Os benefícios financeiros com a redução da despesa com energia elétrica desde a opção, em agosto de 2016, superam R\$ 8.716 mil.

3 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Receita Operacional Líquida da DAE S/A apresentou aumento de 5%, sendo parte referente ao aumento da tarifa de serviços em 2,84%, aprovada pela Resolução ARES-PCJ nº 237, de 19 de abril de 2018. Além disso, houve aumento no volume de 1,79% sendo faturado 33,5 milhões de metros cúbicos em 2017 e 34,2 milhões de metros cúbicos em 2018.



Para o exercício de 2018 o EBITDA da empresa foi reduzido em 90%, de R\$ 26.672 mil (11,4% da ROL) em 2017 para R\$ 2.643 mil (1,1% da ROL) em 2018. O principal motivo que ocasionou esta redução foram os processos judiciais em que a empresa foi condenada e que podem ser consultados na Nota Explicativa nº 24. Também por conta de novos processos judiciais e novas avaliações dos processos já em andamento, houve o aumento na provisão de contingências jurídicas, reduzindo o EBITDA.



4 - PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

Não houve alteração na composição acionária da empresa durante o exercício de 2018.

Acionistas/Tipo de Ações	Quantidade
Prefeitura do Município de Jundiá - Ordinárias	80.937.712
Prefeitura do Município de Jundiá - Preferenciais	126.777.267
Acionistas Minoritários - Preferenciais	100
Total	207.715.079

5 - INVESTIMENTOS

A evolução de investimentos da DAE S/A está apresentada no gráfico abaixo e os detalhes constam na Nota Explicativa nº 12:



Para garantir os investimentos necessários à universalização do saneamento na cidade de Jundiá, a empresa buscou novas fontes de recursos adequadas ao perfil dos seus negócios. Para tanto, em agosto de 2018 a DAE S/A assinou 4 novos contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal, lastreado em recursos do FGTS, nas condições estabelecidas no Programa de Saneamento para Todos. Estes contratos somam o montante de R\$ 59.626 mil, sendo R\$ 8.824 mil de contrapartida da DAE S/A, com objeto (i) ampliação e melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário; (ii) estudos e projetos para reservatórios de água bruta; (iii) redução e controle de perdas no Sistema de Abastecimento de Água; (iv) melhorias no sistema de tratamento e distribuição de água. Os detalhes constam na Nota Explicativa nº 14.

6 - RECURSOS HUMANOS

Quadro de Colaboradores	Quantidade
Funcionários DAE S/A	384
Funcionários PMJ - Quadro especial	143
Estagiários	67
Total	594

7 - AGRADECIMENTOS

A Administração da DAE S/A - Água e Esgoto agradece o elevado grau de comprometimento de seus colaboradores, assim como a confiança e apoio do seu acionista controlador, a Prefeitura Municipal de Jundiá, que tornaram possíveis os resultados alcançados no exercício de 2018. Em 2019 a empresa continuará se esforçando para atender com excelência a população do Município de Jundiá, buscando ampliar o acesso às redes de água e esgoto e atuar na segurança hídrica do município, considerado uma referência nacional em saneamento.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
			(Reapresentado)
Receita operacional líquida	26	247.676	234.890
Custo dos serviços prestados	27	(154.781)	(146.947)
Lucro operacional bruto		92.895	87.943
Despesas operacionais			
Administrativas e comerciais	28	(81.117)	(67.133)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(18.517)	(3.491)
		(99.634)	(70.624)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		(6.739)	17.319
Resultado financeiro, líquido	30	3.833	1.428
Resultado antes dos impostos		(2.906)	18.747
Imposto de renda e contribuição social - correntes	31	(161)	(4.229)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	31	1.050	(783)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(2.017)	13.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
		(Reapresentado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.017)	13.735
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(2.017)	13.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
		(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(2.017)	13.735
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:		
Impostos diferidos	(1.050)	783
Depreciação e amortização	9.088	8.828
Juros e variações cambiais apropriados sobre empréstimos	508	670
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	2.420	1.593
Provisão para processos judiciais	6.234	1.769
	15.183	27.378
Variação em ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(4.980)	(3.122)
Estoques	(1.350)	(424)
Outras contas a receber	50	(85)
Despesas diferidas	21	77
Fornecedores	(770)	1.231
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	943	816
Obrigações fiscais	3.424	4.585
Acordos judiciais	10.648	-
Outros ativos e passivos	(3.020)	(3.643)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.438)	(4.467)
	1.528	(5.032)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	16.711	22.346
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições do imobilizado	(8.281)	(3.190)
Variação de investimentos, poupanças e cauções	312	2.158
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(7.969)	(1.032)
Fluxo de caixa de atividades das financiamentos		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.402)	(2.203)
Pagamento de juros e variações monetárias	(511)	(603)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) decorrente das atividades de financiamentos	(1.913)	(2.806)
Caixa gerado (aplicado) no exercício	6.829	18.508
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.652	2.144
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.481	20.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017
			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.481	20.652
Investimentos financeiros	7	221	533
Contas a receber de clientes	8	41.600	39.847
Estoques	9	9.471	8.121
Impostos e contribuições a recuperar	10	3.558	1.399
Outras contas a receber		390	451
Despesas diferidas		98	119
Total do ativo circulante		82.819	71.122
Contas a receber de clientes	8	2.298	1.491
Impostos e contribuições a recuperar	10	953	903
Ativo fiscal diferido	11	6.024	4.974
Depósitos judiciais	23	4.080	3.616
Outras contas a receber		486	474
Total realizável a longo prazo		13.841	11.458
Investimentos		32	32
Imobilizado	12	238.222	238.378
Intangível	13	622	1.273
		238.876	239.683
Total do ativo não circulante		252.529	250.953
Total dos ativos		335.536	322.263
			(Reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	14	1.579	1.650
Fornecedores	15	5.294	6.064
Concessionária de tratamento de esgoto	16	7.873	7.379
Cauções de fornecedores		225	533
Obrigações fiscais	17	1.674	1.688
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	18	8.942	7.999
Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	-	13
Receitas antecipadas	20	319	319
Acordos judiciais a curto prazo	23	3.666	44
Outras obrigações		3.671	3.698
Total do passivo circulante		33.243	29.387
Empréstimos e financiamentos	14	6.222	7.555
Adiantamento de clientes Projeto CERJU	19	6.500	6.500
Recursos de terceiros para investimentos	22	660	660
Provisões para processos judiciais	23	14.987	8.753
Acordos judiciais a longo prazo	23	7.026	-
Contas a pagar a partes relacionadas	24	600	775
Receitas antecipadas a longo prazo	20	938	1.256
Total do passivo não circulante		36.933	25.499
Capital social	25	207.715	207.715
Reservas de lucros	25	57.645	59.662
Total do patrimônio líquido		265.360	267.377
Total do passivo		70.176	54.886
Total dos passivos e do patrimônio líquido		335.536	322.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucro a destinar	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	207.715	2.160	43.305	45.465	-	253.180
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	462	462	-	462
Lucro líquido no exercício	-	-	-	-	13.735	13.735
Constituição de reserva legal	-	687	-	687	(687)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	13.048	13.048	(13.048)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	207.715	2.847	56.815	59.662	-	267.377
Prejuízo líquido no exercício	-	-	-	-	(2.017)	(2.017)
Compensação do prejuízo com reserva de lucro	-	-	(2.017)	(2.017)	2.017	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	207.715	2.847	54.798	57.645	-	265.360

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Atividades operacionais
A Companhia foi constituída em 21 de dezembro de 1999, com base na Lei Municipal nº 5.307 de 5 de outubro de 1999. Em 27 de julho de 2000, tendo sido vertido o montante de R\$ 170.516, relativo a parte do acervo líquido apurado com base em laudo de avaliação na data-base de 31 de dezembro de 1999, da autarquia Departamento de Águas e Esgoto - DAE, da Prefeitura do Município Jundiá. A atividade operacional da Companhia teve início em 01 de janeiro de 2000.

A Companhia tem por objetivo:
• Estudar, projetar e executar, diretamente ou mediante contrato com organizações especializadas, as obras relativas à construção, ampliação e remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água e esgotos do Município de Jundiá;
• Operar, manter, conservar e explorar diretamente os serviços de água e, direta ou indiretamente, os serviços de esgotos sanitários do Município de Jundiá;
• Exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas de água e esgotos, compatíveis com as leis gerais e especiais do Município de Jundiá;
• Promover e realizar todas as atividades correlatas e complementares de sua atividade específica; e
• Participar de outras sociedades que realizem os mesmos serviços em outros municípios ou estados, na qualidade de acionista ou quotista, visando ampliar sua área de atuação e podendo, também, participar de licitação, inclusive em consórcio com outras empresas, para contratação como concessionária destes serviços.

As atividades da DAE S/A são reguladas pela ARES-PCJ - Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. O resultado da Companhia em 2018 foi afetado por condenações em processos judiciais de grande vulto financeiro. O impacto no resultado foi de R\$ 20.235.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Nota explicativa 11 - Ativo fiscal diferido;
- Notas explicativas 12 e 13 - Imobilizado e intangíveis; e
- Nota explicativa 23 - Provisões para processos judiciais.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 27 de março de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

a.1. Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos,

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente, ou tenha informação financeira individualizada disponível.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Seguros

A administração da Companhia entende que os riscos estão gerenciados de modo satisfatório não demandando nenhuma ação adicional. Desta forma, entendendo que o patrimônio e a operação estejam protegidos, não foi efetuada cobertura de seguros de relevância, como empresarial e de veículos.

Para os casos em que há a necessidade de contratação de seguro, como por exemplo aluguel de imóveis e equipamentos, as despesas são apropriadas conforme a vigência do contrato, exceto para parcelas com valores imateriais que são contabilizados diretamente na despesa.

i. Benefícios a empregados

1.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

1.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente e o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

1.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

k. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como outras receitas, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções recebidas do Estado pela Companhia possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução da obra que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite da obra será reconhecida em resultado.

l. Receita operacional

Venda de serviços: As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e saneamento são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para os serviços prestados à Prefeitura Municipal de Jundiá, a Companhia não constitui receita devido ao artigo 1º da Lei Municipal 2.062 de 1974, o qual estabelece que são isentas as unidades prediais que se destinem ao cumprimento das obrigações estatutárias.

m. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras da Companhia compreendem principalmente juros sobre investimentos realizados pela Companhia (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método do custo efetivo.

Despesas financeiras compreendem principalmente despesas com juros e atualizações monetárias de financiamentos, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment"). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

o. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Algumas novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras nem planeja adotá-las de forma antecipada.

CPC 06 Operações de Arrendamentos Mercantis - IFRS 16

O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPIC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

CPC 49 Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria - IAS 26

Esse pronunciamento dispõe sobre a contabilização e a apresentação de informações pelo plano de benefícios a todos os participantes como um grupo. A vigência desse pronunciamento ainda será definida pelos órgãos que a aprovarem.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. REAPRESENTAÇÃO

Doação Parque dos Ingás

Após levantamento de escrituras em cartórios da região, a Companhia apurou que em 2014 foi efetivada a doação do investimento Parque dos Ingás a FUMAS - Fundação Municipal de Ação Social, conforme Lei Municipal nº 8.297 de 17 de setembro de 2014. Como a escritura de doação foi datada em 2014 o resultado de R\$ 2.126, apurado na doação e já deduzido o montante do passivo vinculado foi reconhecida do patrimônio líquido da Companhia como "ajustes de exercícios anteriores". Os detalhes dos investimentos doados podem ser consultados na nota explicativa 21.

Subvenções governamentais

Os valores classificados como recursos de terceiros para investimento são reconhecidos como receita somente após a aprovação do dossiê de prestação de contas encaminhado pela DAE ao órgão financiador. Em 2018 foram identificadas as aprovações das obras para construção da Estação de Tratamento de Esgoto Fernandes e São José. Estando aqueles documentos datados de 2012 e 2013, a receita de R\$1.406 foi contabilizada no patrimônio líquido como resultado de exercícios anteriores.

Processo IPVA

Em 2017 a Companhia obteve ganho em processo judicial perante a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, tendo o direito à imunidade tributária estadual. Com isso, a Fazenda foi condenada a devolver os valores pagos a título de IPVA pela DAE desde a abertura do processo. O valor do ganho com recuperação de despesas bem como sua atualização, totalizando R\$791, foram contabilizados em "ajustes de exercícios anteriores". A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, inclusive os tributários, decorrentes destes ajustes:

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Impactos dos ajustes de exercícios anteriores		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Impostos e contribuições a recuperar	1.188	211	1.399
Impostos e contribuições a recuperar - LP	112	791	903
Investimentos	3.305	(3.273)	32
Outros	319.929	-	319.929
Total de ativos	324.534	(2.271)	322.263
Obrigações fiscais	(1.488)	(200)	(1.688)
Crédito vinculado - Parque dos Ingás	(1.147)	1.147	-
Recursos de terceiros para investimento	(2.066)	1.406	(660)
Outros	(52.538)	-	(52.538)
Total de passivos	(57.239)	2.353	(54.886)
Reserva de Lucros	(59.580)	(82)	(59.662)
Outros	(207.715)	-	(207.715)
Total do Patrimônio Líquido	(267.295)	(82)	(267.377)

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Impactos dos ajustes de exercícios anteriores		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Lucro operacional bruto	87.943	-	87.943
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.562)	71	(3.491)
Resultado financeiro, líquido	1.440	(12)	1.428
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(4.252)	23	(4.229)
Outros	(67.916)	-	(67.916)
Lucro líquido	13.653	82	13.735
Total lucro abrangente	13.653	82	13.735

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Bancos	1.695	1.318
Aplicações financeiras	25.786	19.334
	27.481	20.652

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimento e certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço. Há também aplicações financeiras com características de longo prazo no montante de R\$19.960, que foram mantidas no disponível a curto prazo devido ao planejamento da Companhia que prevê aplicação destes recursos em obras de investimento ao longo do ano de 2019. As aplicações mais representativas estão apresentadas líquidas de IRRF.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 32.

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

	2018	2017
Cauções de fornecedores	221	533
	221	533

As aplicações financeiras correspondem a valores de garantia de prestação de serviços e entrega de materiais contratados com fornecedores através de processos licitatórios, conforme Regulamento Interno de Compras e a Lei 13.303/16.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 32.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2018	2017
Circulante		
Contas a receber de clientes	57.431	54.958
Renegociação de contas a receber	10.626	8.108
Clientes - acordos judiciais	90	85
Provisão por ajuste de competência	10.699	10.074
(-) Contas a receber de clientes em perdas	(25.164)	(23.716)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.082)	(9.662)
Contas a receber de clientes - circulante	41.600	39.847
Não Circulante		
Renegociação de contas a receber	2.277	1.387
Clientes - acordos judiciais	21	104
Contas a receber de clientes - não circulante	2.298	1.491
Total das contas a receber incluindo perdas e provisão para perdas	43.898	41.338

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimentos, exceto provisões e perdas com clientes:

	2018	2017
Créditos a vencer	39.969	33.689
Créditos em atraso até 2 meses	6.277	5.931
Créditos em atraso acima de 2 meses até 4 meses	2.447	1.978
Créditos em atraso acima de 4 meses até 6 meses	1.597	676
Créditos em atraso acima de 6 meses até 8 meses	1.227	408
Créditos em atraso acima de 8 meses até 10 meses	1.183	464
Créditos em atraso acima de 10 meses	28.446	31.570
	81.144	74.716

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e baixas para perdas estão demonstradas a seguir:

	2018	2017
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(28.725)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.593)	
Baixa efetiva de títulos vencidos	(3.643)	
Reversão de perdas	583	
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(33.378)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.420)	
Baixa efetiva de títulos vencidos	(3.357)	
Reversão de perdas	1.909	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(37.246)

9. ESTOQUES

	2018	2017
Almoxarifados	9.471	8.121
	9.471	8.121

A Companhia registra os itens de estoque pelo seu valor líquido dos impostos indiretos (PIS/COFINS) controlando estes impostos em contas específicas de compensação e impostos a pagar.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	2018	2017
PIS/COFINS sobre imobilizado	499	749
IRPJ/CSLL a compensar	3.191	743
Previsão de IRRF sobre aplicações a resgatar	30	19
Precatória IPVA a receber	791	791
	4.511	2.302
Ativo circulante	3.558	1.399
Ativo não circulante	953	903

O valor a receber referente ao IPVA foi incluído no Mapa Orçamentário de Credores - MOC da Fazenda do Estado de São Paulo para o exercício de 2020.

continua →

→ continuação

a.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis** Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de fornecimento de água e saneamento são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente, quando cabível, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é a receita bruta, no resultado do exercício. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira, apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

d. Imobilizado

1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui o custo de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Companhia, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

d.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d.3 Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	2018	2017
Construções civis e benfeitorias	2%	2%
Sistema de abastecimento de água e esgoto	2 a 4%	2 a 4%
Máquinas e equipamentos	8 a 10%	8 a 10%
Móveis e utensílios	8 a 10%	8 a 10%
Equipamento de informática	33%	33%
Veículos de passeio e carga	10 a 20%	10 a 20%
Veículos especiais	10 a 25%	10 a 25%
Tratores	25%	25%
Motocicletas	20%	20%
Softwares	20%	20%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A taxa anual de amortização estimada dos ativos intangíveis para o exercício corrente e comparativo é:

	2018	2017
Sistemas de informação	20%	20%

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base critério adotado pela Administração para constituição de perdas, que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 60 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	12
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	14

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS	12
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS RUBI	10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAÍ	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	14

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

continuação

11. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O ativo fiscal diferido possui a seguinte composição:

	2018					2017
	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total	
Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável						
Provisão para devedores duvidosos	12.082	3.021	1.087	4.108	3.285	
Contingências cíveis	5.948	1.487	535	2.022	694	
Contingências trabalhistas	7.339	1.835	660	2.495	1.704	
Provisão de receitas/custos por competência	(7.938)	(1.985)	(714)	(2.699)	(2.578)	
Prejuízo fiscal (Base IRPJ) (I)	289	72	-	72	1.374	
Prejuízo fiscal (Base CSLL) (I)	289	-	26	26	495	
Ativos fiscais diferidos, líquido	4.430	1.594	6.024	4.974		

O efeito do imposto diferido no resultado de 2018 é de R\$ 1.050 (-R\$ 783 em 2017).

(i) Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social estão suportados por estudo técnico de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos até o ano de 2020.

12. IMOBILIZADO

a. Composição

	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Líquido	
			2018	2017
Terrenos	30.554	-	30.554	29.232
Construções civis e benfeitorias	72.244	(36.588)	35.656	36.145
Sistema de abastecimento de água e esgoto	232.179	(75.966)	156.213	158.536
Máquinas e equipamentos	19.900	(13.682)	6.218	5.574
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.767	(3.728)	1.039	997
Veículos	6.383	(4.855)	1.528	889
Imobilizado em andamento	7.014	-	7.014	7.005
	373.041	(134.819)	238.222	238.378

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terrenos	29.232	744	-	578	30.554
Construções civis e benfeitorias	69.938	93	-	2.213	72.244
Sistema de abastecimento de água e esgoto	229.689	-	-	2.490	232.179
Máquinas e equipamentos	18.674	1.504	(278)	-	19.900
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	4.681	364	(270)	(8)	4.767
Veículos	5.571	812	-	-	6.383
Imobilizado em andamento	7.005	5.763	(481)	(5.273)	7.014
	364.790	9.280	(1.029)	-	373.041

c. Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo inicial	Depreciação	Baixas	Saldo final
Construções civis e benfeitorias	33.794	2.792	-	36.586
Sistema de abastecimento de água e esgoto	71.153	4.813	-	75.966
Máquinas e equipamentos	13.101	632	(50)	13.683
Móveis e utensílios, equipamentos de informática	3.684	292	(247)	3.729
Veículos	4.681	174	-	4.855
	126.413	8.703	(297)	134.819

A Companhia aproveita o crédito referente ao PIS e COFINS de acordo com a IN 457/2004.

O total investido em projetos, obras e imobilizações técnicas no exercício de 2018 foi de R\$ 5.763 (R\$ 3.063 em 2017). Das obras em andamento, destacam-se: **a)** Reformas na represa de captação e margem do Rio Atibaia no valor de R\$ 1.781 em 2018; **b)** Construção de booster no Bairro da Roseira, R\$ 421; **c)** Remanejamento e travessia de adutora na Rodovia Anhanguera, R\$ 569 em 2018; **d)** Extensão de interceptores de esgoto no Bairro Fernandes, R\$ 654 em 2018; **e)** Extensão de rede de esgoto no Jardim Florestal e Vale Verde, R\$ 235 em 2018.

13. INTANGÍVEL

a. Composição

	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Líquido	
			2018	2017
Softwares	3.465	(2.843)	622	1.273
	3.465	(2.843)	622	1.273

b. Movimentação do custo

	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Softwares	3.438	27	-	3.465
	3.438	27	-	3.465

c. Movimentação da amortização acumulada

	Saldo inicial	Amortização	Baixas	Saldo final
Softwares	2.165	678	-	2.843
	2.165	678	-	2.843

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Taxa de Juros a.a.	Ano de Vencimento	Passivo circulante		Passivo não circulante	
			2018	2017	2018	2017
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	6,00%	2016-2036	2	2	27	28
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	6,00%	2023	1.577	1.535	6.195	7.527
Caixa Econômica Federal - 183.014-04/06	8,00%	2019	-	113	-	-
Caixa Econômica Federal - 505.666-57	6,00%	2038	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal - 505.669-89	6,00%	2038	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal - 505.671-20	6,00%	2033	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal - 505.674-53	8,00%	2023	-	-	-	-
			1.579	1.650	6.222	7.555

O cronograma de vencimento dos valores classificados no longo prazo é o seguinte:

Instituição	2019 a 2020	2020 a 2036
Caixa Econômica Federal - 426.313-90/14	28	-
Caixa Econômica Federal - 183.011-73/07	2.996	4.531
	3.024	4.531

Os financiamentos representam as fontes de recursos, obidos junto às instituições financeiras oficiais, para obras de ampliação e melhoria dos sistemas de água e esgoto. Esses contratos de financiamentos foram captados juntos a Caixa Econômica Federal, e possuem cláusula de vencimento antecipado/rescisão caso os itens em contrato não sejam cumpridos. São exemplos de itens que podem resultar em vencimento antecipado/rescisão:

- a. Inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas no contrato;
- b. Modificação do projeto sem prévio aviso e expresso consentimento da Caixa Econômica Federal; e
- c. Deixar de concluir a obra no prazo contratual.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2018 a Companhia atendeu todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos.

Em agosto de 2018 foram firmados quatro novos contratos com a Caixa Econômica Federal pelo Programa Saneamento para Todos, lastreados em recursos do FGTS, no valor de R\$ 59.626, sendo R\$ 8.824 de contrapartida da Companhia.

Contrato	Amortização	Contrato	Contrapartida
505.666-57 - Ampliação e Melhoria no Esgotamento Sanitário	240 meses	20.957	2.603
505.669-89 - Estudos e Projetos para Reservatório de Água Bruta	60 meses	3.700	370
505.671-20 - Redução e Controle de Perdas no Abastecimento de Água	180 meses	20.379	2.056
505.674-53 - Benfeitorias no Sistema de Tratamento e Distribuição de Água	240 meses	14.590	3.795
		59.626	8.824

15. FORNECEDORES

	2018	2017
Despesas administrativas	1.605	1.497
Energia elétrica	1.403	800
Benefícios a funcionários	957	828
Compras para estoques	774	1.238
Serviços - operação	271	1.369
Investimento em ativo imobilizado	169	157
Outros	115	175
	5.294	6.064

16. CONCESSIONÁRIA DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Refere-se ao montante devido à Companhia Saneamento de Jundiaí a título de repasse de 95% dos valores medidos pela Companhia de acordo com a tarifa referencial de serviço, relativo ao tratamento de esgoto no Município de Jundiaí, o contrato tem prazo de validade até 30 de abril de 2031 e dentre os principais obrigações estão: a) Regulamentar, orientar, coordenar e supervisionar sob aspecto técnico, operacional, contábil e legal, a execução das obras e serviços da Concessão, podendo contar para o melhor exercício destas atividades com a colaboração dos usuários; b) Exercer a fiscalização e acompanhar os serviços de controle de qualidade e da execução das obras e serviços, organizados e operados pelo Concessionário, de modo que o sistema se mantenha sempre adequado aos interesses das partes e dos usuários; e c) Conhecer e acompanhar o desempenho do Concessionário através de auditagens, inspeções, relatórios e balanços periódicos.

	2018	2017
Companhia Saneamento de Jundiaí - CSJ	7.873	7.379
	7.873	7.379

17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2018	2017
COFINS	1.000	819
Retenções sobre serviços de terceiros	458	491
PIS	216	177
Outros	-	201
	1.674	1.688

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2018	2017
Provisões de férias	7.112	6.156
INSS a recolher	1.047	947
IRRF sobre salários a recolher	348	499
FGTS a recolher	339	303
Outros	96	94
	8.942	7.999

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES - PROJETO CERJU

Refere-se ao valor devido às indústrias do Município de Jundiaí, decorrente do contrato de participação no projeto CERJU - Comitê de Recuperação da Bacia do Rio Jundiaí. O "Projeto CERJU" foi elaborado através de esforço integrado do Município de Jundiaí, do Governo do Estado de São Paulo e da iniciativa privada local. Às indústrias que participaram do projeto com investimentos, foi garantido um abatimento em suas contas futuras de água e esgoto igual à quantidade investida, através de descontos a serem concedidos nas contas de tarifas de serviços de água e esgoto pelo prazo de 10 anos, a partir de outubro de 1998. Tendo esgotado este prazo, o valor remanescente encontra-se em análise quanto a sua destinação, por este motivo está mantido em longo prazo pela Companhia.

	2018	2017
Passivo circulante	-	13
Passivo não circulante	6.500	6.500
	6.500	6.513

20. RECEITAS ANTECIPADAS

As receitas antecipadas referem-se aos contratos de Permissão de Uso e Serviço Bancário da Folha de Pagamento da Companhia. O contrato é de 60 meses e teve início em dezembro de 2017.

	2018	2017
Passivo circulante	319	319
Passivo não circulante	938	1.256
	1.257	1.575

21. CRÉDITO VINCULADO - PARQUE DOS INGÁS

A Companhia recebeu da acionista controladora Prefeitura Municipal de Jundiaí, no exercício de 2008, terreno no valor justo de R\$ 1.147, que contabilizou, juntamente com o valor aplicado nas obras realizadas até o final do exercício, no grupo de Investimentos, no ativo não circulante, por não serem destinados à exploração da atividade operacional. O valor do terreno foi registrado no passivo por haver cláusula de obrigação na escritura de doação.

Como essa obrigação foi satisfeita com a doação das obras executadas, (Nota explicativa 5) o crédito vinculado foi baixado com base na data da escritura de doação que era de 2014, em "ajustes de exercícios anteriores".

22. RECURSOS DE TERCEIROS PARA INVESTIMENTOS

	2018	2017
OGU - Orçamento Geral da União	660	660
	660	660

O contrato OGU nº 0424396-42/2014 refere-se à obras no sistema de esgotamento sanitário dos bairros Varjão, do Poste e Travú.

23. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia possui diversos processos judiciais em andamento, de natureza cível e trabalhista, para os quais apresentou defesa administrativa ou judicial.

	Movimentação das provisões		
	Cíveis, administrativas e Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.740	5.013	8.753
Constituição	23.913	2.557	25.497
Baixas/reversão	(20.005)	(231)	(20.236)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.648	7.339	14.987
Movimentação dos depósitos judiciais			
	Desapropriações e Outras		
	Trabalhistas	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.248	368	3.616
Constituição	52	608	660
Baixas/reversão	(187)	(9)	(196)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.113	967	4.080

O montante da provisão para contingências tributárias é constituído principalmente por um auto de infração referente à COFINS sobre receitas de tratamento de esgoto no ano de 2003, que soma R\$2.673. Em janeiro de 2019 foi emitida carta de cobrança referente a este processo. (Nota explicativa 33).

As contingências cíveis são constituídas em sua grande maioria por processos de restituições e repetição de indébito que somam R\$ 1.413.

O montante baixado e reconhecido em despesas com sentenças judiciais em 2018 é composto principalmente por condenação em processo cível relativo a recálculo de contas de água, sendo o valor principal da condenação R\$6.324 e atualização e juros de R\$10.997, tendo sido negociado o pagamento do valor principal em três vezes e a atualização e juros em 36 parcelas. O saldo da dívida em 31 de dezembro é como segue:

	2018	2017
Acordos judiciais a pagar	3.666	44
Acordos judiciais a pagar a longo prazo	7.026	-
	10.692	44

Existem outras ações judiciais e processos administrativos avaliados pelos nossos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 1.873 (R\$ 12.194 em 2017) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, porém sua divulgação.

24. PARTES RELACIONADAS

Controladora e parte controladora final

A Controladora direta e final da Companhia é a Prefeitura Municipal de Jundiaí.

Remuneração de pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração incluindo diretores têm a seguinte remuneração paga ou a pagar por serviços prestados:

	2018	2017
Remuneração contratada	2.384	1.466
	2.384	1.466

Os saldos com partes relacionadas são decorrentes de saldo de folha de pagamento de pessoal da Prefeitura atuando na Companhia conforme Lei Municipal 5.308/99 publicada em função da transformação da autarquia em sociedade anônima.

Passivo	2018	2017	
Obrigações folha de pagamento PMJ	600	775	
Custos e Despesas		2018	2017
Custo com pessoal PMJ (nota 27)		10.894	11.888
Despesas com pessoal PMJ (nota 28)		11.998	11.270
		22.892	23.158

A Companhia presta serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiaí (PMJ) e economias próprias municipais, que compreendem os imóveis de propriedade ou ocupados pela PMJ, por suas autarquias e fundações públicas por ela criadas e mantidas. Conforme Lei Municipal nº 1.637, de 03 de novembro de 1

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

CNPJ nº 03.582.243/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

continuação

30. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2018	2017
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	543	1.687
Despesas bancárias	513	386
Descontos concedidos	259	118
Atualização monetária das obrigações	49	103
Multas/juros por atraso de pagamento	38	9
	1.402	2.303
Receitas financeiras		
Juros recebidos ou auferidos	(2.651)	(2.166)
Receita de multas por atraso de pagamentos	(1.308)	(1.168)
Receitas de aplicações financeiras	(1.240)	(532)
Atualização monetária dos créditos	(267)	(27)
(-) PIS e COFINS sobre Receitas financeiras	255	195
Outras	(24)	(33)
	(5.235)	(3.731)
Resultado financeiro, líquido	(3.833)	(1.428)

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados no resultado dos exercícios de 2018 e 2017:

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro do exercício antes dos impostos	(2.906)	(2.906)	-	18.747	18.747	-
Alíquota vigente	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	726	261	987	(4.687)	(1.687)	(6.374)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(983)	(348)	(1.331)	239	37	276
Compensação de prejuízos fiscais	157	26	183	1.374	495	1.869
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(100)	(61)	(161)	(3.074)	(1.155)	(4.229)
Alíquota efetiva	5%	3%	8%	16%	6%	22%

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

O Saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa.

	Provisões	Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.955	3.802	5.757
Constituição/Reversão no resultado	1.150	(1.933)	(783)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.105	1.869	4.974
Constituição/Reversão no resultado	2.821	(1.771)	1.050
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.926	98	6.024

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social estão suportados por estudo técnico de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos até o ano de 2020.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O total da exposição da Companhia sobre o risco de crédito, líquido das perdas efetivas era de R\$ 55.980 em 2018 (51.000 em 2017). A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2018, era de R\$ 12.082, representando 22% do saldo de contas a receber em aberto. Já em 31 de dezembro de 2017, esta provisão era de R\$ 9.662, equivalentes a 19%. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas.

Risco de liquidez

Decorre da administração do capital próprio e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A nota explicativa 14 apresenta o cronograma de amortização dos passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimentos, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, a valor nominal.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, no caso os empréstimos e financiamentos. Nos quadros abaixo são considerados três cenários de taxas de juros com os respectivos impactos nos resultados. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos.

Foram apresentados ainda mais dois cenários com apreciação e deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/18	Cenário provável %	Valor	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
			%	%		Valor	%	Valor	
Instrumentos financeiros passivos	7.800	Varição UPR/CDI	6,52	6,52	509	8,15	636	9,78	763

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas - efeito anual no resultado

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa anual de juros efetiva em 31/12/17	Cenário provável %	Valor	Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
						%	Valor	%	Valor
Instrumentos financeiros passivos	9.205	Varição UPR/CDI	6,63	6,63	611	8,29	763	9,95	916

Fonte: UPR - Caixa Econômica Federal.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	31 de Dezembro de 2018			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	27.481	-	-	27.481
Investimentos financeiros	221	-	-	221
Contas a receber	-	43.898	-	43.898
Outros créditos	-	876	-	876
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.801	7.801
Fornecedores	-	-	5.294	5.294
Outros passivos	-	-	11.769	11.769
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
	27.702	44.774	31.364	103.840

	31 de Dezembro de 2017			
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	20.652	-	-	20.652
Investimentos financeiros	533	-	-	533
Contas a receber	-	41.338	-	41.338
Outros créditos	-	926	-	926
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	-	-	9.205	9.205
Fornecedores	-	-	6.064	6.064
Outros passivos	-	-	12.430	12.430
Outros passivos não circulantes	-	-	6.500	6.500
	21.185	42.264	34.199	97.648

Valores estimados de mercado

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 para os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", que abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas, bem como para o grupo de Passivo a Custo Amortizado que abrange principalmente, fornecedores, outros passivos e partes relacionadas da Companhia, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do CPC 40 (R1) para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

Para determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, baseadas na taxa do último contrato de empréstimo firmado em agosto de 2018 com a Caixa Econômica Federal, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo. O valor justo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 7.801 (R\$ 7.801 a valor contábil).

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, nº 27A.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	31 de Dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.481	-	27.481
Instrumentos financeiros	-	221	-	221
	-	27.702	-	27.702

	31 de Dezembro de 2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	20.652	-	20.652
Instrumentos financeiros	-	533	-	533
	-	21.185	-	21.185

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Processo COFINS

Em janeiro de 2019 a DAE recebeu intimação para pagamento do processo tributário referente ao Cofins do exercício de 2003 no valor de R\$ 2.667. A dívida será paga em 60 meses de acordo com o parcelamento ordinário da Receita Federal do Brasil. A provisão foi devidamente constituída e está referenciada na Nota Explicativa 23.

Reajuste tarifário

Até o momento da emissão dessas Demonstrações Financeiras, não havia sido emitida resolução para reajuste tarifário pela agência reguladora ARES-PCJ.

DIRETORIA		CONTROLADORIA	
LUIZ FERNANDO CAMARGO PETRONI Diretor-Financeiro	EDUARDO SANTOS PALHARES Diretor-Presidente	LUCIANA LOPES GLOZAN Controladora - CRC 1SP260421/O-3	LIDIANE CRISTINA PUPO SANTOS Gerente de Controladoria - CRC 1SP243864/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A

DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto para a sua controladora a Prefeitura Municipal de Jundiaí e economias próprias municipais são serviços isentos de tarifa, bem como a contratação de pessoal da Companhia é realizada com partes relacionadas em condições específicas conforme Lei Municipal e acordo entre as partes, conforme descrito na nota explicativa nº 24 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração da DAE S.A. - ÁGUA E ESGOTO a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2019

MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS - 005460/0-0 "T" - SP

DENNIS PAVIA VILLALVA
CRC 1SP - 246.768/O-6
Responsável Técnico

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ALVORADA CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	12
BBB PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	10
DAE SA - AGUA E ESGOTO DE JUNDIAI	6
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	14



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 75
São Paulo, terça-feira, 23 de abril de 2019

Página 9

